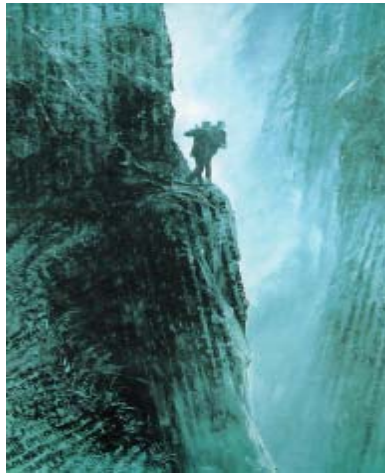


## DO PODER SOBRE A VIDA E DO PODER DA VIDA: LUGARES DO CORPO, BIOPOLÍTICA<sup>1</sup>

---

Selvino José Assmann  
Santiago Pich  
Ivan Marcelo Gomes  
Alexandre Fernandez Vaz



**RESUMO:** Assistimos no ocidente a partir do século XVIII a instalação do biopoder. Esse poder sobre a vida se instala através de diversos dispositivos e adquire contornos que alcançam as esferas privada e social. Perguntamo-nos quais perspectivas de resistência nesse contexto. Entendemos que a resistência pode situar-se no próprio objeto do biopoder, a vida. O poder da vida nos permite perguntar em que medida é possível pensar uma pedagogia no sentido de promover um determinado tipo de formação intelectual e moral, sem que se constitua em um novo *nomos*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biopolítica; Subjetivação; Potência; Poder da Vida.

**ABSTRACT:** In the Occident is to show since XVIII Century the emergence of biopower. This power on life takes place through many axis and reach private and social spheres. We ask about the perspectives of resistance in this context. This resistance may be placed in the own object of biopower, the life. The life power may be possible to think about a pedagogic approach to intellectual and moral formation in a specific direction, but not in a constitution of a new *nomos*.

**KEYWORDS:** Biopolitics; Subjettivation; Potency; Power of the life.

## 1. INTRODUÇÃO

**A**ssistimos nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII a instalação de uma nova estratégia de poder que tem na vida do ser humano como espécie seu cerne, o biopoder. O Estado, nova figura do soberano, substitui o princípio soberano de “fazer morrer e deixar viver” pela noção de “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2002).

Esse processo tem na população seu objeto e na estatística e na biomedicina sua ancoragem de saber. O poder sobre a vida se instala por meio da instituição de diversos dispositivos de caráter sexual, pedagógico, clínico e penal, permitindo a capilarização das possibilidades de intervenção do Estado sobre a vida da população.

O poder sobre a vida adquire no século XX, no entanto, novos contornos, deixando de ser gerenciado pelo Estado ao transferir-se para a esfera privada ou social, criando biosociabilidades que promovem o agrupamento de indivíduos conforme critérios, por exemplo, de saúde. Perguntamo-nos sobre que perspectivas de resistência a esse processo que, seguindo a perspectiva foucaultiana, pode situar-se justamente no próprio objeto do biopoder, a vida.

Entendemos que o poder sobre a vida nunca pode ser total, e, parafraseando Heidegger, é justamente onde mora o perigo que reside aquilo que salva. Esse caminho foi retomado atualmente por autores da filosofia italiana contemporânea. Discutimos com alguns desses autores – mesmo que entre si tenham perspectivas distintas – o conceito de potência como poder da vida. Ainda, nos perguntamos em que medida é possível, no contexto do poder da vida, pensar uma Pedagogia, como instância ético-normativa de intervenção sobre os indivíduos, que possa promover, ainda e apesar de tudo, uma outra formação ético-política.

## 2. A VIDA E SUAS RELAÇÕES COM O PODER

A noção de biopolítica a partir de uma matriz *foucaultiana* remete a uma mudança de regime, do de soberania passa-se a ao biopoder<sup>2</sup>:

[...] uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer [...] (Foucault, 2002, p. 287).

Esse novo modelo ressaltava a “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo” e que tinha no Estado do século XIX sua força motriz, ou como diz o próprio autor: uma “estatização do biológico” (Foucault, 2002, p. 286). Didier Fassin, ao analisar este conceito<sup>3</sup>, mostra como este poder se concentrava na administração da vida por meio, entre outros, das medições estatísticas, disciplinas escolares e campanhas higiênicas (2006, p. 322).

Segundo Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006), trata-se de verificar a existência de “[...] um ou mais discursos de verdade sobre o caráter ‘vital’ dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade [...]; estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte [...]; modos de subjetivação” (2006, p. 29) que não necessariamente se vinculam à presença do Estado. Os autores argumentam que estas características ainda são essenciais para a utilização do conceito como ferramenta crítica dos modos de vida contemporâneos.

As instâncias não-estatais cada vez mais desempenham um papel importante nas estratégias biopolíticas, entrando em

conexão ou em choque com o poder estatal. Para além do “poder sobre a vida” elaborado por estas instituições, esses autores notam uma mudança básica na atualidade: as relações entre os pólos micro e macro. Ou como dizem, “[...] de um lado as ênfases e relações sobre os modos de pensar e agir ao nível dos grupos populacionais e coletividades, variavelmente definidos; e, do outro lado, a individualização de estratégias biopolíticas.” (Rabinow; Rose, 2006, p. 38).

Esta mudança se conecta com o diagnóstico de Peter Pál Pelbart, segundo o qual “a defesa da vida tornou-se lugar comum” (2003, p.13). Para o autor, a tensão entre os pólos micro/macro remete a uma condição contemporânea paradoxal: “[...] Por um lado, a vida tornou-se o alvo supremo do capital. Por outro, a vida mesma tornou-se um capital, senão ‘o’ capital por excelência, de que todos e qualquer um dispõem, virtualmente, com conseqüências políticas a determinar” (idem).

Pelbart ressalta que atrelado ao poder sobre a vida, se fortalece um debate contemporâneo em torno do conceito de biopolítica que o ressignifica em torno da idéia de um poder da vida.<sup>4</sup>

Mas antes de caracterizarmos conceitualmente a biopolítica como poder da vida é preciso, mesmo que rapidamente, analisar as condições que permitiram essa passagem, ou seja, essa transição para a potência da vida. Para Pelbart, o capitalismo rizomático propicia uma nova dinâmica social. A invenção e a criatividade são estimuladas pelo próprio capitalismo, gerando a seguinte situação:

Todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer – novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser imitada torna-se quantidade social, e assim pode ensinar outras invenções e novas

imitações, novas associações e novas formas de cooperação. Nessa economia afetiva, a subjetividade não é efeito ou superestrutura etérea, mas força viva, quantidade social, potência psíquica e política (Pelbart, 2003, p.23).

Pelbart, a partir do diálogo que estabelece com Maurizio Lazzarato, aponta que a vida se espalha e hibridiza nas relações sociais baseadas na economia da informação, ela “se moleculariza e se totaliza”. E ainda, “[...] ao descolar-se de sua acepção predominantemente biológica, ganha uma amplitude inesperada e passa a ser redefinida como poder de afetar e ser afetado, na mais pura herança espinosana. Daí a inversão, em parte inspirada em Deleuze, do sentido do termo forjado por Foucault: biopolítica não mais como poder sobre a vida, mas como a potência da vida” (Pelbart, 2003, p.25). O próprio Lazzarato reforça esta questão ao dizer que “[...] o público e seus instrumentos de regulação não produzem apenas controle e segurança, mas tendem a se tornar diretamente produtivos (produtivos de valor, mas também de outras formas de criação e de inovação coletiva)” (Lazzarato, 2004, p.5). Mais adiante, o mesmo autor diz que “[...] o trabalho escapa da redução a mecanismos sensores-motores, assim como a vida escapa de sua redução biológica. Trabalho e vida apenas tendem à reversibilidade, mas são qualificados pelo ‘virtual’ como abertura para a criação” (idem, p.7).

O que vale ressaltar é a aposta na capacidade criativa do ser humano. Neste sentido, mesmo ainda existindo o poder sobre a vida – tão bem descrito nos estudos de Giorgio Agamben (2004) sobre a vida nua – existe uma compreensão do humano que enfatiza o poder da vida. Em outras palavras, a perspectiva de resistência ao processo do poder sobre a vida pode situar-se justamente no próprio objeto do biopoder, a vida. Aqui, cabe retomar uma pergunta de Roberto Espósito (2005, p. 12): seria possível uma política não mais *sobre*, mas *da* vida? Como ela se configuraria? A resposta de Espósito

diz que deve ser realizado um esforço filosófico que contribua para uma nova elaboração conceitual que ao invés de subsumir a vida dirigida pela política, incida na política a potência da vida (Idem, p. 13).

Maurizio Lazzarato busca novamente em Foucault pistas em relação às possibilidades de resistência na atualidade. Para o autor, o poder não está restrito ao panóptico. O poder tem que ser compreendido dentro de uma capacidade de agir dos envolvidos. Desta maneira, o autor aponta para uma biopolítica afirmativa – diferenciando assim biopoder de biopolítica:

Y es sobre la cima de la relación entre resistencia y creación que hay que prolongar el trabajo de Foucault. El itinerario de Foucault permite pensar el vuelco del biopoder en una biopolítica, el ‘arte de gobernar’ en producción y gobierno de nuevas formas de vida. Es proseguir el movimiento del pensamiento foucaultiano establecer una distinción conceptual y política entre biopoder y biopolítica (Lazzarato, 2000, p. 5).

Esta mesma distinção é apontada por Roberto Espósito ao dizer que biopolítica é um conceito que exprime uma política em nome da vida e biopoder significa uma vida submetida ao comando da política (2004, p. 5).<sup>5</sup>

Mas afinal, o que significa esta potência da vida? O que é o poder da vida? Uma resposta – ou uma das pistas – para esta questão, segundo Espósito, estaria em Espinosa e com a noção *vitalista* de Georges Canguilhem. Para Espósito, a filosofia imunizadora solicitava como requisito para conservação da vida sua sujeição à norma (2004, p. 204). Com Canguilhem, Espósito ressalta uma potência da vida através de sua capacidade de ser normativa (idem, p.207). Diz ainda: “contra normalização imunizadora da vida, a lógica do ser vivente pode colocar também na norma jurídica uma potência semântica que coloca sua definição em um outro patamar” (Espósito, 2004, p. 211).<sup>6</sup>

### 3. A VIDA: HORIZONTE DA FILOSOFIA QUE VEM...

Para Giorgio Agamben, os testamentos filosóficos de dois dos mais relevantes pensadores do século XX, Michel Foucault e Gilles Deleuze, situam a vida como a categoria privilegiada da filosofia contemporânea. O significado dessa coincidência testamentária vai além da secreta solidariedade entre os dois amigos. Implica no ato mesmo de enunciar um legado que se inscreve inequivocamente na filosofia que vem. Esta deverá partir do conceito de vida para o qual o último gesto dos filósofos apontava (Agamben, 2005a, p. 1).

O autor aponta para a necessidade da realização de uma genealogia do termo vida e antecipa que este encontrará seu lugar como “conceito filosófico-político-teológico” e não como uma “noção médico-científica” (ibid., p. 23). Agamben aponta em diversos momentos a ambivalência da vida no contexto da política ocidental. Por um lado, a vida situa-se como o objeto privilegiado de investimento e de apropriação do Estado moderno, o poder sobre a vida que torna a política bio-política; bem como o lugar, o topos onde se situam as possibilidades de superação e de resistência, do contra-fático, o poder da vida. Esses dois registros se assentam em processos diametralmente opostos e que se situam no âmbito do poder sobre a vida e do poder da vida: a subjetivação e a dessubjetivação. O plano da vida nos mostra toda sua ambivalência na medida em que “A vida beata estende-se agora no mesmo terreno em que se move o corpo bio-político do ocidente” (idem, p. 23).

Giorgio Agamben recupera o esforço de Foucault relacionado à elaboração do conceito de biopolítica e coloca a si mesmo como um seguidor do trabalho genealógico foucaultiano. Quando o autor se pergunta sobre a origem do conceito de vida que se tornou central no ocidente, ele descobre que este não pode ser encontrado. O conceito de vida não foi definido no ocidente, mas se depara com um processo de decomposição



de uma função que pertence aos seres viventes, à função nutritiva. “Perguntar-se por que um certo ser se denomina vivente, significa buscar o fundamento mediante o qual viver pertence a este ser.” (Agamben, 2005a, p. 14).<sup>7</sup> A vida foi, então, situada, localizada no ocidente antes que definida. Esse processo se deu, ainda, pela exclusão nos viventes, de algo interior a eles, por meio de uma exclusão inclusiva ou de uma inclusão exclusiva.

Ele recupera os conceitos gregos de *bíos e zoé*, vida politicamente qualificada e vida nua, referências primárias para pensar a genealogia do paradigma político do ocidente (não somente moderno). Porém, para Agamben o traço distintivo da modernidade é a politização da *zoé*, da vida nua:

A morte impediu que Foucault desenvolvesse todas as implicações do conceito de biopolítica e mostrasse em que sentido teria aprofundado ulteriormente a sua investigação; mas, em todo caso, **o ingresso da *zoé* na esfera da *pólis*, a politização da vida nua como tal constitui o evento decisivo da modernidade**, que assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico (Agamben, 2004, p.12 – grifos nossos).

Ainda para o autor, “[...] a política existe porque o homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva” (ibid., p. 16). Vemos nas passagens citadas que a vida, na esteira do pensamento *foucaultiano*, é elevada à categoria central na constituição do paradigma político ocidental e, em particular, da modernidade. É condição de possibilidade da constituição desse paradigma que se opere uma exclusão inclusiva da vida. A linguagem privilegiada na qual se expressa essa relação de inclusão por exclusão, de captura por “deixar fora”, por “a-bandonar”, é a do direito moderno: “O

direito não possui outra vida além daquela que consegue capturar dentro de si através da exclusão inclusiva da *exceptio*: ele se nutre dela e, sem ela é letra morta” (ibid. p. 34).

Agamben assume como figura central no paradigma bio-político o Estado de Exceção. É na exceção que a vida é colocada em suspensão porque retirada do âmbito da norma e a-bandonada, incluída por uma exclusão. É a vida nua que resta. Para o autor, o Estado de Exceção que deveria representar a suspensão no *nomos* no sentido da criação de uma nova ordem legal, de um novo *nomos* que instaura um novo *topos*, tornou-se regra (segue aqui uma figura benjaminiana). A vida nua, *zoé*, se impõe na vida da sociedade contemporânea, mesmo que no registro da teologia:

A exceção é, no entanto, não um milagre (uma vontade particular fora do sistema da lei geral), mas um efeito de uma lei geral que confere aos anjos um poder especial de governo. O milagre não está fora do sistema legal, mas representa um caso particular no qual uma lei vem desaplicada para permitir a aplicação de uma outra lei, com o qual Deus, em busca do melhor governo possível, tem delegado aos anjos seu poder soberano (Agamben, 2007, p. 294).

Dessa maneira, Agamben expressa que o modelo político imperante no ocidente tem na teologia cristã sua matriz. Ainda, vemos na passagem supracitada a idéia ambígua de que a exceção pode se tornar regra, por meio da delegação do poder soberano aos anjos, bem como da restituição de uma nova ordem a partir da instauração de uma nova lei.

Da teologia cristã derivam, para Agamben, os dois paradigmas constitutivos da política ocidental, a teologia política e a teologia econômica. O primeiro seria o registro do paradigma de soberania e teria suas raízes na ontologia, enquanto o segundo inscreveria o paradigma de governo, estando referenciado na pragmática. Porém, esses

paradigmas não podem ser considerados como sucessivos, mas muito mais como pólos a partir de cuja tensão se constitui a política ocidental. Atualmente assistimos ao primado da economia que revela a supremacia da pragmática em relação à ontologia (Agamben, 2005b). Assim, as figuras centrais do Projeto *Homo Sacer* adquirem contornos singulares quando situadas em um e outro registro, porém o que haveria de comum entre ambos é a vida nua e o estado de exceção como o espaço de cruzamento, um vazio que se abre e sobre o qual o que resta são a decisão soberana ou a norma legisladora. O primado da teologia econômica está vinculado à entrega da vida à operosidade, ou, dito de outra forma, com a operosidade como imperativo para viver a vida, ocultando, dessa maneira, a condição sabática do humano, a sua inoperosidade. No registro da teologia política e da figura paradigmática do *homo sacer*, a entrega a um poder absoluto de morte faz permanecer um espectro que cerca e fica à espreita da vida “que não merece ser vivida” (Agamben, 2004) no mundo inundado pelos dispositivos devotados à captura do vivente e que tornam possível “o reino dos homens”.

Colocando-se como um seguidor dos testamentos de Deleuze e Foucault (talvez mais do primeiro que do segundo, neste caso), Agamben aposta na vida como um espaço de resistência. Assim, é no espaço da vida que se encontra a possibilidade de resistência à biopolítica / biopoder. No entanto, a possibilidade de saída que Agamben apresenta segue um caminho particular. Para ele, o percurso da biopolítica está associado ao processo de subjetivação, uma vez calcado no procedimento aristotélico de caracterizar o vivente. O vivente é aquele a quem pertence o viver. Princípio de subjetivação. Superar esta situação não será possível por meio de novos processos de subjetivação, mas a partir de uma radical (e paradoxal) des-subjetivação.

Enquanto a subjetivação agia como o princípio que permitira atribuir a vida a um sujeito (“É, portanto, através deste princípio que o viver pertence aos viventes”), *une vie...*

enquanto figura da imanência absoluta, é isso que não pode, em caso algum, ser atribuído a um sujeito, matriz de des-subjetivação absoluta (Agamben, 2005, p. 16).

Em outro momento, Agamben (2006), preocupado em entender como se constitui e articula a “máquina antropológica ocidental”, nos diz – apropriando-se de outra figura benjaminiana – que o problema não é um novo domínio sobre a natureza ou da natureza sobre o homem, mas o domínio da relação entre o humano e a natureza.

A máquina antropológica não articula mais natureza e homem para produzir o humano por meio da suspensão e da captura do inumano. A máquina se deteve, “está em estado de suspensão” e, na recíproca suspensão dos dois termos, algo para o qual talvez não tenhamos um nome, e que não é mais nem animal nem homem, se instala entre a natureza e a humanidade e se sustenta na relação dominada (Agamben, 2006, p. 153).

A possibilidade desse domínio da relação está situada naquilo que liga o homem à vida e que, embora parece pertencer à natureza, a excede: a satisfação sexual. Ao comentar o quadro de Tiziano “O Pastor e a Ninfa”, Agamben conclui: “Na satisfação, os amantes, que têm perdido seu mistério, contemplam uma natureza humana que permanece perfeitamente inoperante: inoperosidade e o *désœuvrement* do humano e do animal como figura suprema e insalvável da vida” (Idem, p. 160).

#### 4. UMA OBSERVAÇÃO FINAL

Perguntamo-nos quais as possibilidades de reflexão e de resistência que essas perspectivas podem trazer, por exemplo, para as práticas corporais. Uma das possibilidades vimos com Esposito – a partir de Canguilhem – em sua insistência na capacidade humana de ser normativa e não simplesmente se adequar às normas construídas socialmente.

Mas existem outros caminhos que podem ser apontados levando-se em consideração os autores aqui tratados. Assim, uma outra via é apontada por Lazzarato (2000) na discussão que este desenvolve sobre poder e liberdade a partir de Michel Foucault. Nesta perspectiva, biopolítica passa a ser considerada como possibilidade de produção de novas formas de vida.

Vale lembrar, neste momento, o conceito de resistência em Foucault. Judith Revel lembra que

Não é (...) fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas, mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, num espaço que foi, paradoxalmente, aberto pelas relações de poder. E inversamente: se não houvesse resistência, não haveria efeitos de poder, mas simplesmente problemas de obediência. (2005, p.76).

Esta perspectiva parece se articular com a que propõe Pelbart (2003). As possibilidades que este autor almeja – mesmo que relacionada à leitura que faz de Agamben e Deleuze – se conectam com as apostas de Lazzarato. Para aquele, “[...] no mesmo domínio sobre o qual hoje incide o poder biopolítico, isto é, a vida, reduzida assim à vida nua, trata-se de reencontrar aquele *uma vida*, tanto em sua ‘beatitude’ quanto na capacidade nela embutida de fazer variar suas formas.” (Pelbart, 2003, p. 51). E ainda: “[...] só quando a vida deixar de ser concebida como um mero *fato* poderá tornar-se leque de possibilidades, isto é, variação de formas de vida. Apenas então se pode pensar a conjunção indissociável entre vida e forma-de-vida – mas a vida concebida já como potência de variação de formas de vida” (Pelbart, 2003, p. 66).

Parece-nos importante, então, destacar elementos comuns que podem revelar a aposta de Agamben no poder da vida. Por um lado a “inoperosidade”, isto é, o valor da potência que suspende a relação com o ato. A potência deixa de ser simples “prenúncio do ato” para ser potência enquanto tal, potência de não.

Por outro, trata-se da renúncia à subjetivação para proclamar a possibilidade da subjetividade. Tanto na vida como figura da imanência absoluta, quanto no caso do quadro de Tiziano, vemos figuras que são “qualquer um”, que não são viventes aos quais pertence o viver. Por fim, a vida é situada como figura central do mundo, uma vez que se implode o mundo e não há mais um dentro e um fora. Mas uma indistinção do dentro e do fora no plano da imanência, a vida torna-se, assim, figura central da imanência absoluta.

Poder da vida, máquina antropológica, domínio da relação entre ser humano e natureza: talvez seja lá mesmo, onde tudo parece dominação e submissão, que residam as possibilidades de resistência e reelaboração subjetiva. Mesmo que isso signifique, no limite, o reconhecimento da falência do projeto de subjetivação moderno e que dele nada mais reste a não ser o seu contrário, a des-subjetivação. Questão mais que atual para as práticas corporais em tempos em que o corpo e a subjetividade parecem se encontrar no mesmo destino.

T & M

Texto recebido em fevereiro de 2007.  
Aprovado para publicação em abril de 2007.

## 5. SOBRE OS AUTORES

**Selvino José Assmann** é Doutor em Filosofia pela Pontificia Università Lateranense (Itália). Docente dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Santiago Pich** é Aluno do Curso de Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente dos Cursos de Educação Física da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

**Ivan Marcelo Gomes** é Doutor em Ciências Humanas pela UFSC. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Alexandre Fernandez Vaz** é Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade de Hannover (Alemanha). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Educação, Interdisciplinar em Ciências Humanas e em Educação Física, da UFSC. Pesquisador do CNPq.

## 6. NOTAS

1. O presente texto é resultado parcial do projeto Teoria Crítica, Racionalidades e Educação II, financiado pelo CNPq (Auxílios pesquisa, bolsas de produtividade em pesquisa, apoio técnico, doutorado, mestrado e iniciação científica). O projeto conta com auxílio também da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC), por meio de auxílio pesquisa e bolsa de iniciação científica.

2. Em relação a outras formas de utilização do conceito de biopolítica conferir o primeiro capítulo do livro “Bíos: biopolítica e filosofia” de Roberto Espósito.

3. Fassin comenta que a noção de bio-poder comportava duas dimensões distintas, porém entrelaçadas: a “anatomo-política do corpo humano” e a “biopolítica da população” (2006, p.322/323). Em Foucault estas séries são descritas assim: “[...] a série corpo-organismo-disciplina-instituições; e a série população – processos biológicos - mecanismos regulamentadores – Estado [...]” (2002, p.298). Maurizio Lazzarato, comentando este conceito em condições contemporâneas, acrescenta a noção de público (elaborada por Gabriel Tarde) e diz que: “‘Corpo’, ‘população’ e ‘público’ são modos diversos de disciplina e de regulação que não se opõem ou contradizem, mas que podem se articular uns sobre os outros” (2004, p.3).

4. “Sim, é a subsunção da economia, a cultura, também do bios social a um poder que assim engloba todos os elementos da vida social, mas é um domínio que produz algo muito paradoxal, e nada linear, dizem os autores [Hardt e Negri], pois ao invés de unificar tudo cria um meio de pluralidade e de singularização não domesticáveis. Daí a inversão não só semântica, mas também cultural e política, proposta por um grupo de teóricos, majoritariamente italianos, e entre eles o próprio Negri. Com ele, o termo biopolítica deixa de ser prioritariamente a perspectiva do poder e de sua racionalidade refletida tendo por objeto passivo o corpo da população e suas condições de reprodução, sua vida.” (Pelbart, 2003, p. 83).

5. Espósito afirma que existe uma indefinição conceitual envolvendo estes termos em Foucault (cf. Espósito, 2004, p. 38).

6. Para mais informações sobre a concepção de G. Canguilhem, conferir sua obra “O normal e o patológico” (2006).

7. Apresentamos esta idéia porque parece ser na obra de Agamben um traço distintivo, um ponto de partida obrigatório para pensar a política ocidental. O autor reproduz esta passagem em diversas obras como *Homo Sacer II; La Potenze Del Pensiero* e *O aberto*.



## 6. REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- . A imanência absoluta. In: —. **La potenza del pensiero. Saggi e conferenze**. Vicenza: Neri Pozza Editore, 2005a. p. 377-404.
- . Da teologia política à teologia econômica - Entrevista com Giorgio Agamben. In: **Interthesis**. v. 2, n. 2, 2005b. Disponível em: [www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewPDFInterstitial/734/581](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewPDFInterstitial/734/581). Acesso em: 19/10/2008.
- . Il regno e la gloria: per una genealogia teologica dell'economia e del governo. **Homo sacer**, II, 2. Vicenza: Neri Pozza Editore, 2007.
- . **Lo abierto**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2006.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: —. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.285-315.
- . **Defender la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- . **Seguridad, territorio, población**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- ESPÓSITO, R. **Bíos**: biopolítica e filosofia. Torino: Einaudi, 2004.
- . Biopolítica. Il potere sui corpi. In: **Communitas**. N. 6, dicembre 2005, p. 9-14.
- FASSIN, D. Biopolítica. In: RUSSO, M.; CAPONI, S. (Orgs.). **Estudos de filosofia e história das ciências biomédicas**. São Paulo: Discurso Editorial, 2006. p.321-331.
- LAZZARATO, M. **Para uma definição do conceito de "bio-política"**. In: CMI Brasil – Centro de Mídia Independente. Disponível em: [www.midiaindependente.org/pt/red/2003/09/262958.shtml](http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/09/262958.shtml). Acesso em: 21 set. 2004. p.1-10.
- . Del biopoder a la biopolítica. In: **Multitudes** 1, mars 2000. Disponível em: [http://multitudes.samizdat.net/article.php3?id\\_article=298](http://multitudes.samizdat.net/article.php3?id_article=298). Acesso em: 16/03/2006. p. 1-6.
- PELBART, P.P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais**. nº 24, abril de 2006. p.27-57.
- REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SOARES, C.L. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

REVISTA TEMAS & MATIZES

Versão eletrônica disponível na internet:

[www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)